

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A
INVESTIGAR O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS
CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPONSÁVEIS NO PERÍODO DE
2003 A 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE
PALERMO.

REQUERIMENTO No , DE 2013
(Do Sr. ARNALDO JORDY)

Requer seja convocado o Sr. José Ailton Lima, Presidente do Consórcio Construtora de Belo Monte (CCBM), para esclarecer à CPI sobre instalação de boate em área da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, na forma do Regimento, que seja convocado o Sr. JOSÉ AILTON LIMA, Presidente do Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) para esclarecer aos membros da CPI sobre instalação de boate em área da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

JUSTIFICAÇÃO

A Polícia Civil de Altamira, no Pará, encontrou 14 mulheres e um travesti em regime de escravidão e cárcere privado em um prostíbulo localizado em área limítrofe de um dos canteiros de obras da hidrelétrica de Belo Monte. A operação foi realizada na noite desta quarta-feira, 13, após denúncia de uma garota de 16 anos, que conseguiu fugir. A adolescente procurou a conselheira do Conselho Tutelar, Lucenilda Lima, que acionou a polícia.

De acordo com o delegado Rodrigo Spessato, que comandou a operação, as mulheres eram confinadas em pequenos quartos sem janelas e ventilação, com apenas uma cama de casal, e havia cadeados do lado de fora das portas. Elas tinham entre 18 e 20 anos – além da jovem de 16, e eram provenientes do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. De acordo com o delegado as vítimas afirmaram que podiam ir à cidade de Altamira uma vez por semana, por uma hora, mas eram vigiadas pelos funcionários da boate. Além da situação de cárcere privado, a polícia também encontrou no local um caderno onde eram anotadas as dívidas das meninas, como gastos com passagens, alimentos, e vestimentas, além de “multas” por motivos diversos.

Sobre os clientes, a menor conta que eram exclusivamente trabalhadores de Belo Monte. “Eram operários, eram gerentes, tinha de tudo. Todo mundo que trabalha na obra vinha na boate”, explicou.

A conselheira Lucenilda Lima relata, no entanto, que para chegar à boate foi preciso atravessar o canteiro de Pimental, um dos principais da usina. “Foi uma burocracia na entrada para a gente conseguir passar. E lá mesmo toda hora passavam os carros e tratores de Belo Monte, eu considero que a boate está na área da usina”.

Deputados da CPI do Tráfico de Pessoas visitaram as boates que tiveram os alvarás cassados pela polícia em Vitória do Xingu, vistoriando as dependências onde as vítimas eram mantidas após serem aliciadas em estados do sul do país. De acordo os parlamentares, pela proximidade das boates com as obras de Belo Monte, não há possibilidade da Norte Energia, responsável pelo empreendimento, não terem conhecimento da existência destes estabelecimentos.

O CCBM (Consórcio Construtor de Belo Monte), afirmou, em nota, que o imóvel citado funcionaria em uma chácara na zona rural daquele município, em terreno particular de propriedade desconhecida e distante cerca de 20 km do canteiro de obras mais próximo. Ainda de acordo com o consórcio construtor, nenhuma das áreas localizadas no perímetro mencionado seria de titularidade da Norte Energia e, portanto, de sua responsabilidade. A Norte Energia só seria responsável pelas áreas efetivamente adquiridas.

Face aos fatos graves relatados é importante que os membros da CPI possam ouvir o representante do Consórcio para que mais informações possam ser levantadas e realmente sejam esclarecidos os fatos relativos à obra que conta com financiamento público através do PAC.

Sala da Comissão, em de março de 2013.

Deputado ARNALDO JORDY
PPS/PA